

SESSÕES DO PLENÁRIO

21ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 17 de dezembro 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELO NILO

À hora marcada, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Robinho, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(53)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária com o objetivo de votar a PEC nº 148 e o requerimento de urgência nº 8611, de procedência do deputado Zé Neto, que pede urgência ao Projeto de Lei nº 21.642/2015, do Poder Executivo, referente à lei nº 12.371.

Portanto defiro o requerimento em tela. Vou colocar esse requerimento em votação na hora oportuna.

Não há Pequeno e Grande Expedientes.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Representações Partidárias.
Com a palavra o Líder do PP/PSL/PSB. (Pausa) Não há orador.
Com a palavra o Líder do PSDB/PRB/PSC.

O Sr. Pablo Barrozo:- Sr. Presidente, falarão, por 6 minutos, o deputado Adolfo Viana e, por 5 minutos, o deputado Carlos Geilson.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Adolfo Viana por 6 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, hoje, através de uma convocação do presidente Marcelo Nilo, esta Casa está funcionando ao meio-dia para podermos apreciar, mais uma vez, o pacote de maldades do governo Rui Costa. Falo isso com muita tranquilidade, porque, durante a semana passada, quando nós questionamos a constitucionalidade do projeto dos defensores públicos, o governo compreendeu, deputado Carlos Geilson, que tal projeto era inconstitucional e retirou o projeto da pauta.

Porém, para a nossa surpresa, a Casa Civil volta a encaminhar o mesmo projeto para esta Assembleia Legislativa, uma vez que nós já tínhamos entendido este projeto como inconstitucional.

Vejam a incoerência deste governo, deputado Carlos Geilson! E, para a nossa surpresa, esta Casa Legislativa pretende votar este projeto que nós já entendemos como inconstitucional e, agora, o Tribunal de Justiça se manifesta pela inconstitucionalidade do mesmo projeto.

Deputado Pablo Barrozo, nós estamos aqui a chamar a atenção deste governo, melhor, deste Poder Executivo; e, agora, direcionando um pouco ou bastante à Casa Civil. Ora, a Casa Civil não pode expor a Bancada da Maioria desta Casa desta maneira. O Poder Legislativo está manchado. A Casa Civil do Poder Executivo encaminha para esta Casa um projeto inconstitucional e pede a votação favorável deste projeto inconstitucional à sua ampla Base.

Por várias vezes, nós, aqui desta tribuna, chamamos a atenção do Líder do governo, deputado Zé Neto, para dizer justamente que nem Base dele, com os 42 deputados, teria a condição de apreciar a quantidade de projetos que o governo encaminhou para esta Casa em regime de urgência.

Deputado Carlos Geilson, está claro, agora, em meu entendimento, que o Líder do governo, deputado Zé Neto, recebe o pacote do Poder Executivo e pede a colaboração dos seus 42 deputados!

Eu diria que a Casa Civil do Poder Executivo cometeu uma irresponsabilidade muito grande com a sua Base.

Ao final das contas, quem sairá manchada nesta história não é, apenas, a Base do governo, mas, sem sombra de dúvida, toda a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia!

Imagine, deputado Pablo Barrozo, eles encaminharam 24 projetos a esta Casa!

Desafio os deputados da Base do governo a dizerem, aqui, que têm conhecimento sobre as 24 matérias enviadas pelo Executivo, deputado Marquinho. Por mais que V.Ex^a seja um grande estudioso, deputado, dificilmente compreenderá. Digo isso porque, ontem, o desembargador Edivaldo Rotondano compreendeu o

mesmo que a Bancada da Oposição vinha compreendendo e chamou a atenção da bancada governista.

V.Ex^{as} não podem servir ao Poder Executivo em detrimento de honrar o Poder Legislativo do Estado da Bahia!

Deputado Sandro Régis, V.Ex^a tão bem conduz a nossa Bancada e, portanto, eu gostaria, neste momento, de parabenizá-lo. Este mandado de segurança, impetrado por nossa Bancada da Oposição, liderada por V.Ex^a, vem para esclarecer e chamar a atenção dos deputados governistas!

Não podemos dizer “amém” ao Poder Executivo sem saber se os projetos são ou não legais!

O que ficou claro, para mim, deputados Pablo, Geilson e Sandro Régis, é que, para servir ao Poder Executivo, o Líder Zé Neto está disposto a colocar em votação, até, um projeto inconstitucional.

Isso é lamentável para este Poder Legislativo!

Volto a dizer que a nossa Constituição do Estado da Bahia é clara e a mesma pede que os poderes sejam independentes e convivam em harmonia. Infelizmente, deputado Sandro Régis, o que acontece, neste momento, neste Poder Executivo, é, justamente, uma inversão de valores.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir.

O Sr. ADOLFO VIANA:- O Poder Legislativo, hoje, se curva ao Poder Executivo e serve de maneira apequenada ao tentar votar projetos de lei inconstitucionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PDT/PCdoB/PR para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

(Há uma intervenção do deputado Carlos Geilson.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Me desculpe, deputado.

Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos. Me perdoe! V.Ex^a tem direito a 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, você, que nos assiste pelo canal *TV Assembleia*, colegas da imprensa, está cada vez mais claro para mim que o governador Rui Costa herdou, sim, a verdadeira herança maldita.

Mas não se trata daquela herança maldita do passado que os petistas diziam que tudo estava errado no governo Paulo Souto! E o PT usou aquilo como uma peça de marketing.

Agora, o governador Rui Costa não pode usar desta mesma premissa de marketing! Então, ele tenta, pelos gargalos da Assembleia Legislativa, chegar a esta

posição, mas sem chegar a usar a força de dizer que, de fato, herdou uma herança maldita.

Tudo isso é para tapar um rombo nas finanças do Estado. O governo passado foi perdulário. O governador Rui Costa tem, em seus ombros, este peso da verdadeira herança maldita. Tanto isso é verdade que os petistas desta Casa ficam silentes, calados, em um processo letárgico, taciturnos, acabrunhados, cabisbaixos, pois eles não sobem à tribuna para fazer a defesa do governo Jaques Wagner e não fazem a defesa do atual governador Rui Costa. Este, sim, tem um pepino nas mãos para descascar e quer jogar a culpa em cima do servidor.

Esta categoria, no Estado da Bahia, está penalizada, pois quem faz o seu concurso sonha chegar à condição de servidor público um dia. Este mesmo futuro servidor vê o governo do Estado apunhalar uma categoria que, sempre, foi simpática ao Partido dos Trabalhadores.

Mas eu quero aproveitar também o meu tempo para abordar a questão da violência em nosso Estado. Dados, ainda não contabilizados até o final de 2015, revelam que, ao menos, 43 policiais militares foram mortos na Bahia nos últimos dois anos. Bem, em 2014, foram 30 policiais militares mortos; e 13 PMs mortos até outubro de 2015. São números que expressam o quanto a polícia, também, tem sido vítima da incontrolável violência urbana.

A Polícia Militar é a entidade mais exposta aos bandidos, porque faz o trabalho ostensivo e de patrulhamento nas ruas. A Polícia Civil, também, corre riscos. Mas o policial militar fica, na grande maioria das vezes, tête-à-tête com os criminosos e, em muitos casos, em situações não previstas quando são surpreendidos pela marginalidade.

O trabalho da Polícia Militar é, muitas vezes, incompreendido, injustificado, principalmente quando ocorrem mortes de criminosos. É preciso ter cuidado com a inversão de valores quando há uma defesa exagerada do criminoso e uma condenação implacável ao policial que tem todo o direito de reagir, se defender e preservar a sua vida.

Nós todos estamos vivenciando uma violência desmedida, uma criminalidade assustadora, com cidadãos morrendo à toa nas mãos de criminosos. Logo, é preciso cuidado na avaliação do trabalho do policial que está em confronto diário com perigosos criminosos.

Temos de reconhecer que alguns policiais abusam da autoridade ao cometer exageros. No entanto, eu defendo que este não é o comportamento da maioria. Por isso, vamos exigir que o comando puna os maus policiais. Mas não vamos condenar aqueles que cumprem com o seu dever na defesa da sociedade.

Então, esta é a minha fala para a Polícia Militar, qual seja, quanto àqueles que cometem exageros, que sejam punidos; e se for caso de se comprovar realmente que o policial se excedeu, que o mesmo seja, até, excluído da Polícia Militar.

Mas a mídia, de modo geral – e, aí, quero fazer a mea-culpa também – acaba

torturando o policial que, em confronto com a marginalidade, acaba vencendo o confronto.

E quando os policiais tombam em confronto?

Vejam, de 2014 para cá, 43 policiais militares foram assassinados. E tal assunto não obteve a mesma repercussão na mídia como teve e tem tido em confronto quando os bandidos tombam no enfrentamento com a Polícia Militar.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PDT/PCdoB/PR para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos. (Pausa) Não há orador.

Com a palavra o Líder do PMDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, falarão os deputados Luciano Simões Filho por 6 minutos e Sidelvan por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Luciano Simões Filho pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Boa-tarde a todos.

Vejo aqui presentes, o Sinpojud, os professores e outras representações. Durante esta semana, estiveram presentes, aqui, os alunos.

E a Assembleia Legislativa vive uma semana bastante movimentada, aliás, não só esta semana como a semana anterior também. Tudo isso é consequência do pacote de maldades enviado pelo Sr. Governador Rui Costa do PT a esta Casa. E o governo está com uma vontade extrema de arrecadar mais e diminuir as suas despesas.

Tudo isso é por conta de uma política econômica inaugurada pelo governo do PT e, hoje, está demonstrada tal política econômica como falimentar, pois esta colocou o Brasil e, por via de consequência, a Bahia em uma situação muito ruim perante todo o mundo.

Tivemos algumas novidades de ontem para hoje.

A primeira novidade foi a do ministro Edson Fachin, do STF, quando deu uma decisão, ontem, confirmando todos os atos feitos na Câmara dos Deputados na implantação do impeachment, ou seja, os membros do STF já têm o voto do seu relator. Os ministros do STF são os defensores da Constituição e eles, definitivamente, irão posicionar-se na tese de que o impeachment não é golpe.

Isso não é um posicionamento do deputado Luciano Simões. Estou, apenas, comunicando a todos aqui que me veem através da *TV Assembleia* e me ouvem aqui no Plenário. A decisão é a de que, definitivamente, o impeachment não é golpe, pois este é um instituto consagrado em nossa Constituição Federal e tem por que acontecer.

Ontem, mais uma agência internacional de nome Fitch rebaixou, novamente, o

Brasil para o nível de capital especulativo. O que é isso? O Brasil não goza mais de credibilidade perante o resto do mundo e para quem ele deve! Com certeza, são mais para os bancos internacionais.

Ou seja, esta é mais uma queda!

Agora, amigos e amigas, falta só mais uma agência internacional declarar que o Brasil está falido, pois esta política de não incentivo às áreas produtivas só faz acabar com o País. Esta política de, apenas, transferências de riquezas por transferências não leva o Brasil para lugar nenhum.

Segundo o ex-presidente da República, ele acha que, só por ter muita gente e por ter um mercador consumidor muito grande, o Brasil era o país do futuro; e não é.

A presidente Dilma nos lembra hoje – ao menos essa foi a grande notícia que vi nos maiores jornais de circulação nacional – com a notícia da demissão do ministro Joaquim Levy já que houve a mudança da meta, feita por ele e entendida como correta, no famosíssimo ajuste fiscal. E ela afirma que deve colocar, no lugar do ministro Joaquim Levy, um nome mais político.

Vamos lembrar que o grande objetivo da nomeação do ministro Joaquim Levy – que não comunga e nunca comungou com os pensamentos do PT – era, justamente, dar uma imagem de credibilidade em um plano de trabalho que o Brasil pudesse voltar ao rumo do desenvolvimento.

O ano de 2015 foi um ano perdido para o nosso País e para o nosso Estado.

E o ano de 2015, nesta reta final, é apresentado pelo governador Rui Costa com 24 projetos de lei e 17 pedidos de urgência.

Votaremos, hoje, o primeiro turno da PEC nº 148/2015. Esta PEC é um carimbo do rombo que o ex-governador Jaques Wagner deixou para o seu sucessor Rui Costa. Esta Casa aprovou, com o voto contrário da Oposição, a alteração das metas fiscais. Tais alterações previam um superavit de R\$ 820 milhões. No entanto, foi constatado um rombo de R\$ 1,3 bilhão no Estado.

De relatoria do nobre deputado Bira Corôa – um homem decente e faz a sua parte –, este é um meio legítimo de se fazer esta mudança. Mas nem o deputado Bira Corôa pode negar a falta de planejamento e a vontade de ganhar, de todo jeito, a eleição que foi a então campanha de Rui Costa, do PT, para o governo do Estado.

Fica aqui o nosso registro como Vice-Líder da Bancada do PMDB.

Votaremos contra este pacote de maldades, porque não é culpa dos servidores públicos deste Estado o descaso com o ajuste público que o governo do PT impõe em nossa terra.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o deputado Sidelvan Nóbrega pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs., *TV Assembleia*, servidores públicos que estão, nesta Casa, lutando por seus direitos.

Esta Casa vive, no dia de hoje, um momento muito ruim, porque o governador Rui Costa insiste em manter essa PEC 148. Uma PEC que, durante todos esses dias, nós, deputados de oposição, temos lutado, incansavelmente, para que fosse retirada. Usamos todas as prerrogativas do Regimento Interno desta Casa, usando os tempos, fazendo tudo; mas me parece que os deputados, principalmente do PT, viraram as costas para os servidores públicos do Estado da Bahia.

Rui Costa faz parte do governo de continuidade que fez com que este governo, que tem um ano de maldade contra o servidor público, mandasse projeto para esta Casa que jamais se imaginou, em todo o tempo e em toda a história, que fosse mandado para a votação. Primeiro mandaram o Planserv, e o maior discurso do Líder do governo nesta Casa que trouxe o seu secretário, aqui, com números dizendo que não aumentaria, que não doeria no bolso e nem tiraria do contracheque dos servidores. Só que, no mês seguinte da aprovação, os servidores já viram que aquilo que diziam nesta Casa era mentira, uma mentira. E estão mentindo novamente quando trazem essa PEC, dizendo que não tira direito dos trabalhadores.

Ora, Sr^{as} e Srs, se não tirasse direitos dos trabalhadores eles não estariam aqui, não estariam reunidos, não reivindicariam, não cobrariam de maneira nenhuma; porque se não estivesse mexendo em nenhum direito deles, certamente, eles não estariam em nossa Casa.

Mas é, mais uma vez, uma mentira desse governo que manda para esta Casa projetos de lei que deveriam ser discutidos com a sociedade, que deveriam ser debatidos com o povo da Bahia; mas o governo, mais uma vez, trai os servidores públicos que o elegeram, que foram às ruas votar no candidato Rui Costa, o qual hoje traz esse pacote de maldade para os servidores públicos. Mas nós vamos, nesta sessão, usar do Regimento da Casa, usar dos tempos, usar de todas as formas para que essa PEC não seja aprovada.

Mas, como já foi dito nessa tribuna, somos a minoria, deputado Gika. Fico imaginando como V.Ex^a vai poder chegar em sua cidade, Serrinha, olhar para os servidores públicos, e estará, lá, estampado: “Gika votou contra os servidores públicos da Bahia!” E vários e vários deputados que nesta Casa se elegeram com o voto do servidor público, que se elegeram com o voto de opinião, quero saber com que cara esses deputados vão encarar os servidores públicos nos seus municípios. Ora, não podemos aceitar de forma nenhuma um governo que gasta mal, que não cuida do seu orçamento, um governo que vem a esta Casa por meio dos seus secretários dizer que tem R\$4 bilhões em caixa e, no outro mês, não tem absolutamente nada. Um governo inoperante, um governo que não cuida das suas receitas, que não faz o seu dever de casa, igual ao governo federal.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Para concluir, deputado.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA: - Vou concluir, deputado Alex.

Quero dizer a todos os senhores que estão aqui hoje nas Galerias que estaremos

unidos com cada um de vocês para que esta PEC não seja aprovada no dia de hoje,
Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o nobre Líder da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PTN/PROS/PRP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Paulo Rangel: - Não há orador, Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do PSD, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Zé Raimundo: - Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Concedo a palavra ao Líder Parlamentar Dem/PV, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Pablo Barrozo: - Presidente, falará pelo tempo de 5 minutos o deputado Sandro Régis e, por 6 minutos, o deputado Pablo Barrozo.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- com a palavra o nobre Líder da Oposição, o deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS: - Sr. Presidente, Srs. Deputados, galerias, Imprensa, esta Casa hoje, mais uma vez...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Srs. Deputados, há um orador na tribuna e eu queria pedir a V. Exas que garantissem a palavra do deputado Sandro Régis.

Com a palavra o deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS: - A Oposição, Sr. Presidente, vem, ao longo desse processo de votação do pacote de maldades, alertando esta casa de que projetos complexos têm que tramitar em regime normal. Projetos complexos têm que ser analisados pelos parlamentares, têm que ser discutidos nas Comissões e têm que amadurecer para chegar a esta Casa. Pois não, mais uma vez, o governo atropela, com a conivência da Assembleia, todos os prazos regimentais, chegam vinte e quatro projetos e oito entram em regime de urgência.

Esses projetos não foram discutidos por nenhum parlamentar, por isso tenho a convicção de que V.Exas. estão votando sem saber o que estão fazendo. Não pode um projeto chegar, entrar em pauta, ser retirado porque foi apontada a sua inconstitucionalidade, e o governo pôr novamente o projeto, esta Casa votar a urgência, mesmo a Oposição apontando os erros e os vícios que ele teria, e a Bancada do Governo aprovar a urgência!

A Bancada de oposição foi procurada pela Defensoria Pública e, baseados juridicamente na inconstitucionalidade do projeto, entramos com um mandado de segurança e o Tribunal de Justiça nos concedeu a liminar.

E eu quero dizer a vocês aqui, falo não como deputado de oposição, falo como

membro deste Parlamento: há mais de 40 anos não acontece uma ingerência no Tribunal de Justiça para um processo legislativo. Isso é a prova de que está tudo errado. Esta Casa ao invés de se preservar, ao invés de manter o seu principal papel – que é fazer leis e defender a legalidade – curva-se ao governo do Estado para cometer ilegalidades. Dá um péssimo exemplo à sociedade baiana.

Srs. Parlamentares, é muito ruim, neste momento em que vive o político e a Bahia, a Assembleia caminhar por essa trilha. Aqui, deputada Ângela, o jogo político é muito claro. Deputado de governo defende o governo e deputado de oposição aponta os equívocos do governo. Mas não podemos abrir mão da lei. Nós não podemos abrir mão da legalidade. Nós não podemos passar por cima do Regimento e da Constituição. E já é o terceiro neste ano. V.Ex^{as} votaram as vistorias veiculares, a Justiça derrubou. V.Ex^{as} votaram a caução para reter e o Supremo Tribunal derrubou, mesmo a Oposição apontando que era ilegal. V.Ex^{as} votaram a urgência do projeto da defensoria, o Tribunal de Justiça derrubou.

Está lindo para a Assembleia. A Assembleia está num caminho excelente, rasgando a Constituição, rasgando o Regimento, esquecendo as legalidades dos projetos para agradar à Casa Civil.

É para isso que este Parlamento existe? É para isso que o baiano paga impostos? É para isso que esta casa existe? É para chegarem vinte e quatro projetos, entrarem oito em regime de urgência e nenhum tramitar nas comissões? É para isso que a Assembleia existe? Acho que a Assembleia deveria fechar, entregar a chave à Casa Civil. Quando tiver projetos de interesse do governador, a Assembleia abre, convoca os deputados, os deputados do governo votam sim, porque é inadmissível se cometer três erros. Inadmissível esta Casa não ter o cuidado, deputado Sidelvan, de estudar a legalidade do que está se votando.

Eu fico triste. Eu queria, deputado Pablo, que o mandado nosso de segurança estivesse errado, que a Casa estivesse certa para preservar o Parlamento; mas, infelizmente, no afã de agradar o governador, nesta Casa, não existe lei e nem Constituição.(Palmas.)

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há um requerimento assinado por mais de vinte e um Srs. Deputados que requer no termo do inciso II, art.92 um Requerimento de Urgência para votar o Projeto de Lei nº 21.642/2015 e a Proposta de Emenda Constitucional nº 148/2015.

E convocando uma sessão um minuto após esta. O requerimento foi deferido, só para, como chamamos na gíria popular, calçar a sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Pablo Barrozo pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Presidente, colegas deputados, deputadas, galeria

presente, com certeza, com diversos servidores públicos que com muita luta entraram no serviço público e hoje veem seus direitos serem desrespeitados por um governo incompetente, incoerente e que quer que a população que não usa a camisa vermelha, não é da CUT, do MST ou apaniguada pague pelos seus erros, pela sua incompetência, pelo seu despreparo. Quer colocar essa conta nas mãos dos servidores públicos que hoje estudaram para ocupar seus cargos ou trabalharam com muito afinho para fazer valer e prestar esse bom serviço a todos os baianos.

Queria falar com todos os baianos que estão nos assistindo, através da *TV Assembleia* que, infelizmente, hoje a realidade da nossa Bahia é triste. Temos um governo incompetente, despreparado, que não se respeita. E temos, também, um governo que não sabe cumprir e respeitar as leis.

O líder Sandro Régis muito bem aqui citou a questão da inspeção veicular que o governo do estado fez só para tirar dinheiro e achacar o cidadão baiano ilegalmente, algo que não é da responsabilidade do Detran e sim do órgão federal.

Falou-se também do resgate do dinheiro. Qualquer depósito judicial o Governo do Estado, hoje, faz uso, ilegalmente, ao invés de deixar lá em juízo. E nós aprovamos aqui, nesta Casa, esta lei com a maioria dos votos dos deputados governistas.

E agora, por último, encaminha-se a esta Casa um projeto ilegal, que tira uma parte dos direitos dos defensores públicos, que cuidam dos baianos que não têm acesso à Justiça, os mais desguarnecidos, deputado Gika, os que não têm condição de constituir advogado, esses defensores que tanto estudaram para o concurso público, hoje estão tentando retirar os direitos deles. E nós conquistamos, ontem, uma liminar na Justiça, porque graças ao bom Deus existe lei, existe justiça, deputado Alan, em nosso País, e o desembargador entendeu o absurdo inconstitucional, o governo do Estado tentando passar por cima da Constituição para aprovar, aqui, a toque de caixa, no apagar das luzes, esse presente de natal para os defensores públicos. E um projeto também ilegal e imoral, que é esta PEC, que reduz o direito de todos os servidores: professores, policiais, juízes, e que o seu relator, o deputado Nelson Leal, teve que fazer o maior esforço para melhorar esse projeto que foi encaminhado, feito sabe-se lá por quem, às pressas, pelo Governo do Estado e se encaminhou para esta Casa.

Vejamos a falta de respeito que o governo do Estado tem por esta Casa, encaminhando projetos importantes, que tratam de assuntos importantes, da maior relevância, mal redigidos, em desacordo com a Constituição Brasileira, mas no afã de arrecadar recursos para tampar o gasto público com campanhas, no afã de responsabilizar outras pessoas que não são as deles para pagar os salários em dia dos apaniguados, que estão aí pendurados nas secretarias, porque onde precisa de 2 para trabalhar tem 12. No afã de fechar as contas públicas traz para cá, no final do ano, projeto que aumenta imposto em época de recessão, que nós aprovamos a semana passada, nós, digo esta Casa, porque eu e a Bancada de Oposição toda votamos contra, e ICMS, mudança de meta fiscal, que nada mais é do que para dar a famosa pedalada, não cumprir e não ter limites com o dinheiro público. Aprovar aqui, como

aprovamos, mudança no Planserv, um direito adquirido dos servidores públicos, para justamente aumentar sua arrecadação e tantos outros projetos que vieram aqui, a exemplo de empréstimo de 1 bilhão e 600 milhões de reais.

O Governo do Estado encaminha para esta Casa estes projetos para tampar as contas do Governo prejudicando os baianos, mas o Governo do Estado, em momento algum, mostra onde será...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir.

O Sr. PABLO BARROZO:- Para concluir, Sr. Presidente.

...para onde irá o dinheiro que ele arrecada todo santo dia, todo santo mês. Onde está sendo gasto este dinheiro, deputada Ângela, porque não tem uma obra de relevância com o dinheiro do Governo do Estado sendo feito neste Estado, se ele apontar uma obra de relevância feita que tenha gasto público do Governo do Estado, que tenha uma certa relevância, aí pode ter certeza que virei aqui, de público, pedir desculpa. Mas não existe uma obra deste governo, governo incompetente, governo que, infelizmente, envergonha a todos nós baianos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos. (Pausa) Não há orador.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o requerimento do deputado Zé Neto que pede para votar em regime de urgência o projeto de lei nº 21.642/2015, do Poder Executivo que altera a lei 12.371 de 21 de dezembro de 2011 e outras providências.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. Sandro Régis:- V.Ex^a coloca um requerimento em votação, e como está em votação eu gostaria que V.Ex^a fizesse uma verificação de quórum de votação para ver se o Plenário quer ou não aprovar o requerimento que V.Ex^a acabou de ler.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

O Sr. Sandro Régis:- E a votação tem que ser nominal, Sr. Presidente.

(As galerias se manifestam aplaudindo).

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, só para esclarecer. V.Ex^a fez uma questão de ordem há uns 3 ou 4 dias atrás, quórum de votação aqui eu mesmo vou pedir em emendas constitucionais, conforme a tradição. Em projeto, o deputado

pediu eu já boto no computador, certo? Se o deputado me pedir, eu voto simbólico. Como V.Ex^a me pediu, já está acertado, só para ficar bem claro, mesmo que um deputado aqui não peça eu já coloco no computador. Não é isso que ficou acertado? Tudo bem. Então, se ninguém pedir, eu voto simbólico, se alguém pedir, projeto de lei tem que ter 32, projeto de emenda constitucional tem que ter, no mínimo, 39 votantes, presentes, inclusive eu mesmo requisito quórum, não precisa ninguém pedir, porque emenda constitucional eu mesmo faço o quórum, como sempre foi aqui para qualquer emenda constitucional. Eu coloco em votação com 39.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, questão de ordem. É um de lá e outro de cá.

O Sr. Bira Corôa:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem de V.Ex^a, deputado Paulo Rangel, tem todo o direito.

Mas, mesmo que não peça eu mesmo marco o quórum.

O Sr. Paulo Rangel:- Tudo bem. Mas, antes eu queria comunicar a este Plenário, aos trabalhadores que estão aqui, que não é uma comunicação, inclusive, que eu gostaria de fazer, mas eu queria aqui, neste momento, elogiar o governador Rui pela postura que ele tem tido do ponto de vista administrativo.

O governo de Sergipe, Sr. Presidente, dividiu o décimo terceiro salário dos trabalhadores em 6 meses...

(As galerias se manifestam).

O Sr. Paulo Rangel (...), em 6 meses.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu faço um apelo às galerias, para que deixem o deputado falar, por favor.

O Sr. Paulo Rangel: Eu quero aqui fazer justiça ao governador do Estado.

Solicito que V.Ex^a zere o painel e dê os 25 minutos regulamentais, e convoque todos os deputados do Governo a se fazerem presentes aqui no Plenário, para caso não tenhamos quórum, nós venhamos, de fato, a votar esta urgência.

Então, os deputados que estejam no cafezinho, nos gabinetes, por favor se façam presentes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não. Mas, antes, eu não tinha tomado conhecimento da Secretaria da Mesa, o deputado Pablo Barrozo vai encaminhar pelo tempo de 5 minutos, como Líder. V.Ex^a tem a palavra por 5 minutos.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Rangel:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- V.Ex^a tem que deferir primeiro as duas questões de ordem, antes de dar os 5 minutos ao deputado Pablo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, houve um equívoco nosso aqui da Mesa, porque eu não posso colocar em votação sem o encaminhamento.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Entendi.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu não sabia que alguém tinha se inscrito para encaminhar. Quando eu coloquei em votação eu não sabia. Por isso vou colocar novamente.

O Sr. Paulo Rangel:- Está certo. Ok.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Ok, Sr. Presidente. V.Ex^a está certo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu peço desculpas a V.Ex^a, porque eu não sabia que alguém tinha pedido para encaminhar, e só pode encaminhar Líder.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Pablo Barrozo, como Líder, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras Deputadas, hoje, fomos convocados a participar desta sessão em horário, inclusive, sui generis, deputado Targino Machado, não sei por que motivo fomos convocados para virmos aqui neste horário. Porque estávamos aqui semana passada, semana retrasada, anteontem, até as 22, 23 horas, 2 horas da manhã e não teve nenhum tipo de problema. Não sei por que motivo estamos aqui, não sei por que estamos aqui, de certa forma, no horário em que as pessoas não acompanham os trabalhos legislativos e não são de costume os trabalhos nesta Casa.

Faço este registro, porque o assunto mais importante hoje a ser tratado por esta Casa é uma PEC histórica. Uma PEC que vai mudar o servidor público, vai diferenciar dois servidores, aqueles que estão prestando serviço hoje e os que vão entrar no serviço público, vai discriminar, vai acabar com a isonomia do trabalho dos servidores, onde teremos, e o deputado Luciano Simões Filho citou muito bem aqui, com muita justiça, de dois colegas, deputado Luiz Augusto, que vão prestar o mesmo serviço com reconhecimentos distintos. O mesmo serviço. E nós estaremos cometendo uma injustiça, porque a política tem que acompanhar a realidade da vida, e a realidade da vida, hoje, é que ninguém suporta mais injustiças, inclusive injustiças na área de reconhecimento. Quando se fala de reconhecimento, é reconhecimento de trabalho e de merecimento, ainda mais no setor público.

Porque qualquer servidor público, qualquer ente público, assim como nós, que estamos hoje como entes públicos, mesmo que momentaneamente por 4 anos, tem o dever de ser exemplo e de dar exemplo. E para dar exemplo, precisamos, através do trabalho, mostrar o nosso valor.

E, infelizmente, deputado Robinho, vamos votar hoje uma PEC que faz com que existam 2 tipos de servidores: aqueles que tiveram seus direitos adquiridos respeitados e aqueles que tiveram seus direitos ceifados. Eu até entendo a necessidade de discutirmos aqui, acho que seria louvável reduzir e acabar com alguns equívocos que acontecem no serviço público. São equívocos que poderiam ser tratados como exceção. Mas não. O governo do Estado trata aqui como regra, como se todo direito adquirido pelo servidor público fosse um direito ilegal, fosse abuso, fosse desnecessário.

O reconhecimento que o governo do Estado tinha, através desse direito, do bom

trabalho do servidor público, hoje, através da votação dessa PEC, daremos abertura para ceifá-lo, para cessá-lo.

Infelizmente, estamos aqui a participar deste ato em regime de urgência, de uma forma atropelada, descabida. Esta Casa, mais uma vez, presta um serviço que não faz valer o que a sociedade nos atribuiu, que é representá-la. A Casa presta um serviço ao governo, mas aos cidadãos baianos não presta esse serviço. Queria aqui fazer o encaminhamento do voto da Oposição contrário a este projeto de lei número 21.642/2015, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 12.371, de 21 dezembro de 2011, e que divide também a classe dos policiais militares.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para encaminhar, pelo tempo de 5 minutos, como Líder, o deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Boa-tarde a todos. Subo novamente a esta tribuna, cumprindo a função de Vice-Líder do meu partido, encaminhando a nossa Bancada para o voto contrário a esse pacote de maldades apresentado pelo governador Rui Costa, do PT.

No meu primeiro pronunciamento, foquei bastante na questão da conjuntura nacional e dos acontecimentos mais recentes em Brasília. Agora, venho lembrar a vocês um fato histórico que aconteceu na Bahia, na nossa Salvador, de ontem para hoje. O governo e a sua Bancada, larga maioria nesta Casa, aprovaram, na noite de ontem, ou na tarde de ontem, o projeto de lei da Defensoria Pública, o PL 123/2015, de iniciativa do próprio governador do Estado da Bahia, querendo mexer na licença-prêmio e nas férias dos defensores públicos estaduais.

O próprio governo do PT que se orgulha em ter colocado a Defensoria Pública em lugar de destaque comete um erro crasso que desmoraliza a Casa, um erro de iniciativa deste projeto de lei, porque só poderia acontecer por iniciativa do defensor público-geral. Nós da Bancada de Oposição, entramos com um mandado de segurança, e com todo o direito que nos foi reservado tivemos a nossa segurança deferida. Este projeto de lei foi parado, trancado, não mais vai andar. Foi um erro que peço a Deus que não tenha passado pela Procuradoria Geral do Estado, porque temerei pelo futuro deste governo.

Fica aqui o nosso registro dessa vitória dos defensores públicos do Estado da Bahia, da Bancada de Oposição e uma derrota grande desta Casa. Porque, amigos e amigas da *TV Assembleia* e amigos das Galerias, está se tornando comum os projetos chegarem aqui e os Srs. Deputados da Situação passarem por cima como um trator. Eles não têm a mínima atenção em ler e não se interessam pelo que estão votando. Muitos deputados da base do governo aqui são juristas, pessoas que entendem do estudo do Direito e das leis, e são responsáveis por um erro, como foi o erro desta semana. Ficou na história do Parlamento. Por mais de 40 anos, o Tribunal de Justiça nunca se meteu no processo legislativo desta Casa. E na noite de ontem aconteceu, com a publicação hoje.

Mas venho aqui, deputado Targino Machado, que muito me inspira na Bancada da Oposição, dizer que neste fim de ano o governo do PT coloca a responsabilidade do desastre econômico no colo dos servidores públicos estaduais. Coloca no colo dos servidores públicos estaduais a responsabilidade de resolver as finanças do Estado. O projeto que foi feito para a mudança do regime da Defensoria Pública, e a economia seria a mínima da mínima, é um exemplo desse desespero do governador Rui Costa, que mantém o mesmo secretário da Fazenda do Sr. Jaques Wagner. Então ele não há de falar em herança maldita, porque ele é sucessor do ex-governador, que deixou para ele um rombo de 2,3 bilhões de reais. Agora querem que o servidor público do Estado pague por isso.

Acho que está errado e convoco a minha Bancada do PMDB para votar contrariamente a esse pacote de maldades.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Faço um apelo a vocês que estão nas Galerias. Não é direito ficar gritando, estou fazendo um apelo e todo mundo está vendo aí que estou pedindo. Faço um apelo, vocês não podem se pronunciar. Está no Regimento.

Em votação ...

O Sr. Sandro Régis: - Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Rangel: - Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Vou só dizer o que vamos votar e passo para V.Ex^{as}.

Em votação o Requerimento do deputado Zé Neto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem é para que esta Casa hoje venha, mais uma vez, mostrar ao povo da Bahia que a Oposição desta Casa não aceita votar projetos que não sejam discutidos nesta Casa. Precisamos que todos os deputados estejam presentes, para que o povo saiba quais são aqueles que, realmente, defendem os direitos dos trabalhadores, que lutam pelos servidores da Bahia e para cumprir aquilo que a Constituição do Estado da Bahia garante.

Portanto, Sr. Presidente, solicito uma verificação de quórum de votação.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, gostaria que V.Ex^a zerasse o painel e marcasse os 25 minutos regulamentares, para que a gente, caso não haja quórum,

possa restabelecê-lo. Convido todos os deputados, principalmente os da Base do Governo, a se fazerem presentes. Srs. Deputados do Governo, existe uma questão de ordem solicitada pelo deputado Sidelvan Nóbrega onde ele pede uma verificação de quórum de votação. Precisamos de 32 deputados no Plenário. Os deputados que estão no cafezinho, nos gabinetes, na biblioteca ou fazendo atendimento, por favor, se façam presentes no Plenário.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, há uma verificação de quórum de votação. Zerem o painel e marquem 25 minutos. Srs. Deputados que queiram votar marquem as presenças.

(Verificação de quórum de votação)

(Cont. da chamada nominal)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Com a ausência do deputado Ângelo Coronel, temos quórum para a votação.

Em votação.

Como recomenda sua Bancada, deputado Sandro Régis? É um requerimento de urgência de prêmio para militares, só para S.Ex^a saber o que está votando.

O Sr. Sandro Régis: - Quero encaminhar minha Bancada. O deputado Prisco não está presente, mas S. Ex^a me pediu que orientasse nossos deputados que votassem contra esse projeto, porque a corporação entende que esse projeto divide a categoria. Então, nossa Bancada irá votar contra.

O Sr. Zé Neto: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Pois não, deputado, fica registrado. Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto: - Sr. Presidente, tenho respeito à posição da Minoria, mas quero explicar que essa decisão do governo faz justiça àqueles que, em suas cidades, conseguiram êxito no combate à criminalidade. Resumindo, o que é que acontece? O prêmio era dado quando o Estado, no seu conjunto, alcançava o teto do prêmio. Muitas vezes algumas cidades conseguiam alcançar o teto e não recebiam o prêmio. Com isso os próprios policiais nos solicitaram, inclusive as representações dos policiais, e tem muitas, queriam que houvesse justiça para aquelas cidades que conseguiam alcançar o êxito no combate à violência.

Com esse projeto, o governo faz com que as cidades que alcançaram o teto e a diminuição da criminalidade recebam 50% e que seja dividido por região e estado as outras partes do prêmio. Fazendo com que haja um estímulo para a cidade, um estímulo para a região e, evidentemente, um estímulo para o Estado.

Com isso, deputado Sandro Régis e deputado Adolfo, haverá um maior estímulo para aqueles que conseguiram êxito nas suas cidades. Então, não há nenhum prejuízo, ao contrário, é uma medida que visa a estabelecer uma justiça maior para aqueles que, na parte, conseguem alcançar o êxito. E, lembrando a matemática, a parte é o todo. Acho que isso fortalece a parte e fortalece a região, deputado Targino.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Como recomenda a sua Bancada, deputado?

O Sr. Zé Neto: - Recomendo que a minha Bancada vote sim, e vejo essa medida como uma medida muito positiva e que fará justiça para os policiais civis e militares de todo o Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Já está em votação, estão faltando votar os deputados Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã. O Governo recomenda sim e a Oposição recomenda não. Faltam votar os deputados Bira Corôa, Carlos Ubaldino, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Herzem Gusmão, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Luiza Maia, Manassés, Zó.

(Continuação da votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou encerrar a votação. Encerrada a votação. Resultado: Aprovado. “Sim”, 32, “não”, 7, e uma abstenção. Agora, vamos iniciar a discussão da Proposta de Emenda Constitucional nº 148/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para discutir, o deputado Sandro Régis, pelo tempo de 20 minutos. Marque-se o tempo. Antes, um esclarecimento: só pode haver permuta se os 2 deputados estiverem presentes.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da *TV Assembleia*, o fim do ano caminha e infelizmente nós não tivemos o êxito, deputado Pablo Barrozo, de sensibilizar a Bancada do governo. Votamos aqui nesta Casa diversos projetos, muitos deles, votamos positivamente, porque tivemos a oportunidade de estudar o projeto e ter a certeza de que traria benefícios para a sociedade.

Esta Casa abre mão da sua legitimidade de representar os baianos e o anseio da sociedade a partir do momento em que chegam diversos projetos a este Parlamento e nem sequer eles são discutidos nas comissões.

(...) Quero daqui dizer que nós - falo nós, infelizmente, por estarmos deputados nesta Legislatura - estamos abrindo mão e tornando a exceção uma regra, o que ela diz. A exceção é você abrir mão de uma regra numa eventualidade para se resolver um problema que atenda ao coletivo. Aqui se faz o oposto, a regra é quebrada e se abrem exceções para prejudicar o coletivo. Por que falo isso? Porque os projetos que estão sendo votados neste pacote de maldades, na sua grande maioria, atingem e prejudicam aqueles que são o maior patrimônio público do Estado, os seus servidores. Se estes projetos realmente não causassem prejuízo a ninguém, não haveria nenhum tipo de mobilização dos servidores contra eles.

Imaginem vocês! Hoje pela manhã, quando eu acordo, vou assistir ao Bom Dia Brasil, e temos a notícia, deputado Adolfo, de que o Risco-Brasil cresce! O que significa isso? O Brasil mais uma vez é rebaixado, passa a ser olhado pelo mundo como um País caloteiro, que não é um bom pagador. As instituições que investem nele também institucionalmente são obrigadas a retirar o dinheiro. Com isso a Bolsa

despenca, o dólar aumenta! A inflação, o desemprego, a crise e a falta de oportunidades aumentam igualmente. O que a Assembleia faz? O que o governo do PT fez para amenizar? Traz um projeto para esta Casa que aumenta o ICMS agravando ainda mais o problema porque o Executivo se preocupa em arrecadar, mas esquece que, quando você aumenta o imposto, tem dois caminhos: ou o empresário reter esse aumento e demitir ou repassá-lo para o povo pagar a conta.

Com a palavra o nobre líder deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Sandro Régis, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e pela defesa que faz dos servidores públicos do Estado da Bahia. V.Ex^a que também tem liderado a nossa Bancada da Oposição nesta Assembleia Legislativa.

O que tem me chamado a atenção durante este processo de votação do pacote de maldades que o Poder Executivo encaminhou para cá é justamente como ele vem se dando. Ouvi atentamente o deputado Leur Lomanto questionar esse aparato policial que foi feito em torno desta Casa.

O governo encaminhou, deputado Sandro Régis, 24 projetos em quase 30 dias a este Parlamento. E o pior de tudo: servidores públicos do Estado da Bahia têm estado aqui constantemente solicitando uma atenção do Líder Zé Neto, tentando mostrar ao deputado as incoerências deste pacote de maldades. Mas infelizmente o Poder Executivo vira as costas para eles, principalmente os do Judiciário. Deputado Sandro Régis, veja o risco que esta Assembleia Legislativa está correndo e o julgamento que os baianos irão fazer amanhã desta Casa Legislativa.

Chegou aqui, juntamente com este pacote de maldades, um projeto inconstitucional. No momento em que nós da Oposição, provocados pelos defensores públicos do Estado da Bahia, questionamos a sua constitucionalidade, a Casa Civil o retirou, também entendendo que é inconstitucional. Mas, para a nossa surpresa, ela volta a encaminhar para cá o mesmo projeto, deputado Sidelvan Nóbrega, que eles reconheceram ser inconstitucional, ou seja, na verdade não reconheceram que ele era ilegal.

Deputado Rosemberg Pinto, fico a me perguntar o que leva a Casa Civil, o Poder Executivo, os deputados da base do governo a quererem aprovar um projeto que é inconstitucional. Fico sem conseguir compreender.

Nós oposicionistas, deputado Sandro Régis, quando provocados pelos defensores públicos do Estado da Bahia, ao percebermos que aqui na Casa, por sermos Minoria, seríamos atropelados, o que fizemos? Recorremos à Justiça, que se manifestou de bate-pronto e mostrou para este governo que está aí que o projeto que eles haviam reconhecido ser inconstitucional não seria apreciado justamente porque é inconstitucional.

A única coisa, deputado Sandro Régis, que ficou clara no meu entendimento é que o governo do Estado da Bahia está pouco preocupado se é ou não inconstitucional, se vai doer nos servidores públicos estaduais. O que ele quer é aprovar o pacote de maldades, doa a quem doer. A prepotência deste governo faz com

que o próprio entenda que, se ele tem maioria nesta Casa, pode tudo! Basta mandar o projeto, que sua ampla Bancada governista aprova. Mas no meu entendimento considero esta ação da Casa Civil, do Poder Executivo, com este pacote de maldades um verdadeiro absurdo, deputado Sandro Régis!

Quero dizer, deputado Rosemberg Pinto, que os servidores públicos estaduais não estão aqui por acaso. Estão justamente lutando por direitos adquiridos ao longo duma vida de trabalho. E V.Ex^{as}., que contaram tanto com o apoio deles para conquistar mandatos chegando a esta Assembleia Legislativa e até ao governo da Bahia, podem ter certeza de que não contarão mais com a sensibilidade do funcionalismo público deste Estado. Não contarão!

No período eleitoral, deputado Sandro Régis, vale a pena apresentar contracheque de servidor, sair nas ruas abraçado lado a lado com os servidores e os sindicatos deles. Só que depois que o objetivo é alcançado quando chegam ao Palácio de Ondina, à Governadoria, a esta Casa Legislativa, esquecem que a caminhada construída até o poder foi ao lado deles, dos servidores!

Então, deputado Sandro Régis, nós estaremos hoje a tarde inteira neste Plenário para chamar a atenção dos Líderes do PT, da base governista e dos próprios deputados governistas para o fato de que amanhã V.Ex^{as} serão julgados pelos seus eleitores. E uma boa parte deles é formada por estes servidores que se encontram aqui.

Aguardem! 2016 vai ser primeiro! (Palmas!) E, conseqüentemente, 2018! Vocês pagarão a quem sempre lhes deram a mão. Podem ter certeza!

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Incorporo o aparte de V.Ex^a. Quero, aqui, deputado Adolfo Viana, ser mais profundo. Além de tudo isso, o que temos de discutir, também, é o papel desta Casa. Esta Casa está abrindo mão da prerrogativa de legislar para ser um mero carimbador do governo. Não é possível que se rasgue regimento, que se rasgue Constituição, que queiram aprovar projetos que fogem da legalidade para atender o governo. Qual é o sentido da Assembleia neste momento? Ser uma secretaria ou extensão do Palácio de Ondina? Então, vamos fechar a Casa. Vamos fechar a Casa e quando o governador quiser convocar, ele convoca e a sua tropa de choque aqui só vem dizer o amém.

É inadmissível um projeto chegar a esta Casa e ser retirado porque o próprio jurídico da Casa Civil questionava a sua legalidade, votar o projeto, votar a urgência e ser aprovado. Esta Casa abre a prerrogativa de defender e legitimar a sociedade baiana. Aqui, eu entendo até a situação de V.Ex^{as}. Muitos têm de passar por esse constrangimento, porque o governo impõe. Ou vota, ou não tem os cargos no interior, ou não recebe as obras no interior, e assim esta Casa vai brincando de fazer política. Esquecendo-se de que o verdadeiro papel do parlamentar não é levar praça, não é indicar Direc. O verdadeiro papel do parlamentar é legislar, é se debruçar sobre os projetos, é defender o legal e apontar o ilegal. E esta Casa abre mão dessa prerrogativa, apenas, para atender os interesses do governo do Estado.

É triste votar uma PEC, deputado Sidelvan Nóbrega, que arranca as conquistas históricas dos servidores públicos. Esses mesmos servidores, que ao longo de suas

vidas acompanharam o Partido dos Trabalhadores, que foram enganados como grande parte dos baianos e dos brasileiros, acreditaram no projeto e nas falácias do PT. Da mesma forma que os brasileiros estão sendo apunhalados pelo projeto Nacional, que vem fazendo um grande mal à Nação e ao futuro de nosso País, os servidores do Estado da Bahia, também, estão sendo apunhalados por serem tradicionalmente defensores dos Partidos dos Trabalhadores. Agora recebem, na véspera do Natal, um projeto, uma PEC de maldade. No mínimo, poderemos considerá-la como indecente. Uma PEC que se fosse consensual, com certeza, estariam aqui não para reivindicar, mas sim para aplaudir o governo. Mas ao contrário, eles estão aqui, muitos deles sem saber como será daqui para a frente depois que essa PEC for aprovada.

Quero dizer aos deputados governistas, que cansam de dizer para nós que não temos voto ali, não estou preocupado com voto. Estou preocupado em dormir e acordar com a minha consciência tranquila. Estou preocupado em saber que sou um deputado no quarto mandato e posso olhar no olho de cada cidadão e ter a convicção que, aqui, cumpro os meus deveres legais e morais, que, aqui, voto de acordo com a minha consciência. Muitas vezes nossa Bancada votou a favor do governo e até deu quórum, pois entendíamos, naquele momento, que os projetos eram bons para a Bahia e para os baianos.

Mas nossa Bancada não pode concordar, nossa Bancada não pode admitir que cheguem diversos projetos, projetos até ilegais e inconstitucionais como o projeto dos servidores, e esta Casa abra mão de discursar, esta Casa abra mão de debater, esta Casa abra mão de dialogar para votar açodadamente, para votar tudo em regime de urgência para que nem os parlamentares ou os servidores tenham condições de dialogar. Esta Casa comete um grande erro.

Sr. Presidente, V.Ex^a que é um deputado jovem, um deputado que admiro muito, que chega com uma bagagem intelectual muito boa, até mais preparado do que muitos colegas mais velhos desta Casa, sem desmerecer ninguém, tenho certeza de que V.Ex^a dá o seu voto porque não pode aos 42 da Bancada de governo, mas V.Ex^a, no seu íntimo, como jovem que chega nesta Casa levado por sonhos de defender a sociedade, de fazer deste parlamento um instrumento de uma sociedade mais igualitária, de transformar o seu mandato num instrumento para servir ao próximo, tenho convicção de que V.Ex^a não está dormindo bem porque o conheço e sei no que acredita. O governo lhe impõe o cometimento de uma atrocidade dessa.

Mas aqui estamos para defender o que acreditamos, aqui estamos com a convicção de que neste parlamento representamos a maioria dos baianos. Iremos até o final chamando nossas forças, para mostrar a esta Casa que acima da fidelidade não pode vir a subserviência, que esta Casa não pode ficar acachada às vontades do governo, que este Parlamento tem de ter compromisso com a sociedade baiana, que este Parlamento, deputado Antônio, V.Ex^a que representa o Oeste da Bahia, não pode virar as costas àqueles que são o maior patrimônio público estadual, os servidores.

Para concluir, Sr. Presidente, quero, mais uma vez, sensibilizar o Líder do governo. Retire a PEC, discuta com os sindicatos, chegue a um denominador comum.

Podem ter certeza de que se isso vier a acontecer, a Oposição abre mão de todos os prazos regimentais para que a PEC seja aprovada até com o nosso voto. Mas tem que ter o consentimento daqueles que serão afetados por ela.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Para discutir, com a palavra o deputado Pablo Barrozo pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Presidente, colegas deputados e deputadas, baianos que se encontram nas Galerias, na sua maioria servidores públicos da Justiça, assessoria de imprensa, os que nos assistem através do Canal Assembleia, baianos que se interessam pelas questões tratadas nesta Casa, hoje é um dia que a Oposição tem o que comemorar, e também comemorar como baianos, pois tivemos uma vitória na Justiça, um pedido de liminar feito pela Bancada de Oposição ao Tribunal de Justiça concedido, onde o desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano, desembargador, conhecido pela sua carreira no Ministério Público e como um desembargador probo e independente, deu uma liminar afirmando o periculum in mora e o fumus boni iuris, requisitos necessários para que se conceda uma liminar. Essa liminar, que é legítima, mostrou a total falta de responsabilidade, de cuidado e de respeito às leis do governo do Estado, quando encaminhou para esta Casa um projeto inconstitucional no afã de diminuir os seus gastos e aumentar a sua arrecadação, para cobrir os absurdos e os buracos abertos por uma má gestão nas finanças do Estado, o que acontece desde o governo Jaques Wagner, que colocou um secretário da Fazenda...

O Sr. Luciano Ribeiro:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PABLO BARROZO:- V.Ex^a está inscrito, deputado.

(...) totalmente despreparado e incompetente que desequilibrou as contas do Estado da Bahia. Estamos aí há nove anos com um governo do Estado que brinca de gestão.

Eu digo que nós, na condição de baianos, estamos a comemorar, porque esta Casa tem uma Bancada de Oposição unida que, ouvindo as vozes das ruas, fez valer o direito dos defensores públicos através da Justiça, porque, se fosse através desta Casa, estaríamos a dizer amém para o governo do Estado, como estamos desde o início do ano. Como brasileiros, nós estamos encarando o dia de hoje como uma Quarta-Feira de Cinzas, deputado Zé Neto.

O que ontem e hoje eu tive o desprazer de ver por meio dos jornais televisivos e impressos foi apenas o retrato de que o nosso País, no ano de 2016, será e estará bem pior do que em 2015. Tivemos o rebaixamento da Agência FIT, o qual é usado pelos empresários e investidores mundiais como referência para investir no nosso País. Isso, para qualquer pessoa que não entende de economia, significa que sem investimentos no nosso País diminuiremos o número de empregos e as oportunidades. Essas pessoas não confiam, deputado Antônio Henrique Júnior, em investir no País.

Nós tivemos um decréscimo na nota dessa agência, porque o nosso País carece de credibilidade. Estou falando sobre esse assunto, porque ele tem uma relação com o momento que vivemos no nosso Estado e com a votação da PEC de hoje. Carecemos, presidente interino, deputado Alex Lima, V.Ex^a que é um homem que se preocupa com as questões do nosso Estado, de credibilidade. O governo carece!

O governo do PT diz que quer se manter e usa um discurso fraco de golpe. Quando eu vejo os protestos na rua contra o governo do PT... O governo do PT, que pediu o impeachment de Itamar e Fernando Henrique Cardoso e que apoiou o impeachment de Collor, assim como boa parte do que hoje é a Oposição que apoiou todos os impeachments, hoje, não apoia o pedido de impeachment de Dilma. Collor foi impedido de governar por um Fiat Elba!

Hoje, estamos a discutir, dizendo que é golpe ou que não é golpe. O impeachment de um presidente está previsto na Constituição Federal, diante de alguns requisitos, e todos esses requisitos estão cumpridos. Golpe é se eleger presidente da República dizendo que está acontecendo uma coisa no País, maquiando e fraudando as contas públicas, mentindo para a população e dizendo que o País está muito bem economicamente. Isso qualquer brasileiro, basta entrar na internet, no *google*, com duas dedilhadas vê que a presidenta está mentindo. Logo depois de três meses, aconteceu tudo inverso, e o Aécio Neves, candidato de oposição à presidência, dizendo o que estava acontecendo, desmascarando ela.

Teve um dia até que a presidenta, de tanto mentir, quase cai das pernas e deu aquele “migué”, fingindo que estava passando mal. Ali era a cara do nosso País. Ela ali estava a cara! Um País quebrado, fingindo que estava bem!

Naquele dia ela mostrou a cara do nosso país. O nosso país governado por uma presidenta fraca. O nosso país onde a educação não é prioridade! Prioridade é levar vantagem! Prioridade é levar vantagem em cima dos outros! Prioridade é vestir uma camisa vermelha: “Eu sou da CUT”, “Eu sou MST”, “Eu sou do PSL”. Três movimentos que perderam a sua representatividade, que não respeito, que são imorais, que não representam a população brasileira, e que dizem que são brasileiros. Ontem fizeram um protesto meia-boca, nas ruas, contra o impedimento da presidenta.

A presidenta tem que renunciar! Tem que ser impedida! Ninguém acredita na presidenta, nem o mercado internacional, nem o mercado nacional, nem a população brasileira. Nem o Congresso acredita na presidenta, na presidente, que insiste em ser chamada de presidenta. Alguns membros do PT até discursam. Um discurso machista! Na falta de discurso vem todo tipo de discurso fraco, frágil e que não tem substância nenhuma. Você vê as pessoas discursando; você assiste a televisão; você vê as pessoas falando; você olha nos olhos das pessoas, mas você não vê credibilidade; você não acredita no que elas estão falando, porque é tudo mentira. Tudo um jogo de cartas marcadas. Infelizmente, estamos aí!

Digo com a maior tranquilidade, eu aprendi, desde menino, que para você vencer na vida tem que estudar e trabalhar. Não há outra solução! Ou então você recebe a herança de seu pai ou sua mãe. Mas se não tiver cuidado, você gasta tudo. Se

quiser progredir tem que crescer e trabalhar.

O governo do PT mostra que, em nosso país, para progredir você tem que contrariar as leis, seja criminalmente, civilmente. Ou contraria as leis, deputado Alan, ou você coloca uma camisa vermelha e tenta um emprego, mesmo sendo despreparado. Se você estiver disposto a ir para a rua, meu amigo, dizer mentira e ficar batendo no peito dizendo “A presidenta foi eleita! Isso é golpe”! Aí você recebe um aumento de salário. Você não tem direito adquirido cortado não. Direito adquirido cortado tem quem trabalha e está servindo, como aos servidores públicos que estão aí. Esses aí que não se envergam, que não baixam a cabeça, terão os direitos adquiridos cortados.

A máquina do Partido dos Trabalhadores é uma máquina de dissimular mentiras. Vimos isso na campanha com Aécio e na campanha com Marina, coitada. Quem vê aquela mulher percebe que ela é honesta por sua história de vida. Tentaram fazer isso, para quê? Para ganhar o governo. Para manter o petrolão, o mensalão, o BNDS e tantos “ãos” da vida que irão surgir. E nosso país aí!

O Líder do Governo, deputado Zé Neto, infelizmente vem para cá com mais um discurso. Na falta de discurso, tem que arranjar algum discurso. Vem para cá e faz o discurso de que a economia mundial anda mal. Os Estados Unidos, ontem, aumentaram os juros, porque andam bem. Todos sabem que andam bem! A França, Inglaterra, Alemanha andam muito bem e todo mundo sabe disso. O Brasil anda mal porque é mal gerido. Porque se gasta com programas ruins. Gasta-se mais do que arrecada há muitos anos, fazendo política, investindo onde não deve ser investido. E há um rombo chamado o gasoduto do petrolão que veio do mensalão.

O Sr. Alan Sanches:- Um aparte, deputado.

O Sr. PABLO BARROZO:- Será concedido, deputado.

Esse rombo faz com que o país esteja decrépito.

O Sr. Sandro Régis:- Um aparte, deputado.

O Sr. PABLO BARROZO:- Será concedido, deputado Sandro Régis.

O nosso país, hoje, é um país onde tentam, novamente... Eu digo que hoje é uma Quarta-feira de Cinzas porque, com as notícias que ouvi ontem, está na cara que 2016 e, talvez, 2017 serão anos em que nossos parentes perderão o emprego, nossos familiares diminuirão de renda, as oportunidades diminuirão, mais pobreza, mais gente na rua sofrendo, mais gente desempregada, mais gente desesperada, mais gente que terá problemas. Esse governo faz o quê? Muda a meta fiscal. O que é mudar a meta fiscal? É dizer: “Meu amigo eu te devo R\$ 1.000, mas prometi pagar esses R\$ 1.000 em um ano. Mas, agora, vou lhe dar R\$ 200 em dez anos e você vai ter que ficar caladinho, porque se não não vai acontecer”. Muda a meta fiscal. Sabem, por quê? Porque esses R\$ 800 que eu pagaria você, vou investir para manter-me no poder. Ou seja, a presidenta Dilma em vez de segurar a meta fiscal, equilibrar as finanças, gastar menos do que arrecada, como propôs no início do ano, muda a meta fiscal. Depois que ela viu que a população brasileira estava dividida, como eles gostavam de

dividir, ricos e pobres, negros e brancos...

O PT – o partido dos “honestos”, daqueles que são “certinhos”; os outros, “não”! -, do jeito que eles dividiram, quando chegou no final da eleição, os seus membros disseram: “Vamos unir o País.” “Agora que 'eu'...” - o PT, o governador, a presidente - “(...) quebrei vocês todos, vamos fingir que 'eu' vou unir, passar mais dois anos arrecadando, porque daqui a dois anos tem campanha, daqui a quatro tem mais campanhas, e 'eu' preciso enganar vocês de novo. 'Eu' preciso dizer novamente para vocês que vai ter uma ponte que liga Salvador a Itaparica, que a Ferrovia Oeste/Leste vai acontecer. Preciso dizer que veio uma Copa do Mundo para Salvador, capital dum Estado que, como o Rio de Janeiro, é uma referência na área de turismo.” E o aeroporto de Salvador é uma vergonha! “Preciso sustentar o governador na Bahia, o Estado onde 'eu' tenho mais votos porque o Bolsa Família lá é forte. A Segurança Pública de lá, todo mundo tem medo de andar na rua, mas 'eu' preciso sustentar aquele governador porque ele me dá voto.”

O Líder do governo compara o governo da Bahia com o do Rio de Janeiro. Eu não sou carioca, não estou ligando para aquele Estado e, se lá for mal administrado, não estou querendo que o daqui esteja também mal administrado, não. Comparo-me com os bons. Para crescer, para me mirar na vida, miro nos bons porque quero ser que nem eles. Então, vou mirar no governo de Pernambuco, que é no Nordeste, parecido com o nosso e dá um banho de administração aqui na Bahia há nove anos. Investimentos vão para lá, o governo é respeitado, a população aprova, você vê obras no Estado todo.

E, vejam, é oposição ao governo federal! Eduardo Campos, já falecido, fez oposição ao governo no final da sua vida. Inclusive se lançou a presidente, de tão bom que ele estava. Mas aqui, não! Aqui elegemos dois sindicalistas despreparados, como Jaques Wagner e Rui Costa - que ninguém conhecia -, por causa do Bolsa Família. E ainda temos de ficar a ver os absurdos que eles cometem aqui calados!

Às vezes, nós vimos a esta tribuna, falamos a verdade e somos duros. Respeito todos os deputados governistas que estão aqui, mas somos duros com relação ao governo. Quando descemos, vêm alguns deputados puxar a orelha dizendo: “Poxa, você não devia!” Não! Eu não fui eleito para vir aqui passar a mão na cabeça de ninguém, não! Respondo pelos meus atos e não tenho medo desse tipo de intimidação! Não tenho receio, não! Estou aqui porque respeito a história que me trouxe para cá e tenho de representar a população.

Sinceramente, sou aliado com muito orgulho do prefeito ACM Neto. E sempre tive independência para isso, inclusive o respeito dele próprio. Agora, eu não estaria aqui a defender um governo despreparado, um governo frágil, um governo fraco! Eu, no mínimo, me calaria e baixaria a cabeça, como qualquer pessoa que fica envergonhada. Quem é que nunca teve vergonha de algo na vida?! Quem é que nunca fez algo de que se envergonhasse?! Infelizmente nós vivemos num Estado de lamúrias, num Estado em que o governo coloca outdoors pela Bahia toda - e quem não conhece a Bahia até acredita! - fazendo propaganda de coisa que não existe,

porque tem mesmo propaganda de coisa que não existe! Infelizmente é isso! Coloca a propaganda lá no Sul de algo que diz que está acontecendo no Norte da Bahia, e não está acontecendo! Vive de investimento em propaganda, mas na realidade a principal bandeira do governo do Estado da Bahia, a Educação, eles não cumprem! Prova disso é a falta de respeito aos servidores públicos no que tange à Educação! É a falta de respeito para com as pessoas que estudam e as que dão aula!

Eles nunca deram valor às pessoas que ganham a vida honestamente. Eles dão valor a quem carrega a bandeira deles ou a quem é iludido por eles momentaneamente para carregar o projeto de poder deles, porque projeto para a Bahia eu não vejo nenhum! Nós não temos uma obra neste Estado que valha alguma coisa, deputado Alan! Não conheço uma obra! Posso ver gente pintando canteiro, mas não conheço obras. Conheço uma obra do governo federal com dinheiro que já estava empenhado para cá. Mas não conheço um recurso do governo estadual e do federal em alguma obra da capital Salvador. Pelo contrário! O governador do Estado hoje retalia o município de Salvador porque este tem um prefeito e S.Ex^a tem medo, assim como a Dilma também tem medo, de perder aqui e não ser reeleito, porque ele só pensa na reeleição.

O primeiro ato de um governador do Estado que está feliz porque ganhou a eleição é tentar cooptar um partido, como foi com o PTN, que era aliado do prefeito ACM Neto. Foi um ato político, não foi um ato de administração. O primeiro ato do governo Rui Costa foi esse, já demonstra o governador que é o governador que quer ser, um governador do couro curto, porque não aguenta que se fale a verdade. Um governador que não aceita ouvir a verdade, um governador que se esconde por trás da propaganda, um governador com um discurso frágil e isso ele está demonstrando, porque não tem ação aqui no estado da Bahia.

Estamos aqui há um ano e não conheço um município desses 417 da Bahia, que tenha uma obra do governo do estado que represente, que a gente faça dizer valer: “olha esse governo é bom”. Só existe propaganda e, hoje, está tentando tapar o buraco que fizeram nas contas públicas há 9 anos, tirando o direito dos servidores, aumentando os impostos numa época de recessão, aumentando o Planserv, e, ainda mais, infelizmente, tentando fazer o mesmo que o Governo Federal fez e que agora, com fé em Nosso Senhor Jesus Cristo, vai acontecer o impedimento daquela mulher, porque não vejo caráter suficiente para ela renunciar e deixar o país tentar se recuperar em pelo menos 3 anos, porque o ano que vem já está condenado, de qualquer forma. Infelizmente, o governo do estado está indo no mesmo rumo da presidenta Dilma. Mudando a meta fiscal para dar o calote através da pedalada fiscal. Disse que ia gastar tanto neste ano, vai gastar mais ainda, não cumpriu a folha porque, infelizmente, dinheiro não falta. A arrecadação do governo aumentou esse ano, ano de crise, as contas oficiais dizem isso e eles não têm dinheiro. Não tem dinheiro para o servidor, não tem dinheiro, para a segurança pública, mas tem dinheiro para os apaniguados que vestem a camisa da CUT e MST.

Um aparte para o deputado Alan Sanches e em seguida para o deputado

Luciano Simões Filho.

O Sr. Alan Sanches:- Primeiro quero agradecer a oportunidade de fazer este aparte e parabenizá-lo também pela conquista de um dos quatro deputados em destaque aqui nesta Casa sendo que os deputados de destaque foram basicamente da Oposição, para ver como nós estamos aqui falando em prol da sociedade.

E V.Ex^a no seu discurso traz a gastança desenfreada, o dinheiro público mal gasto e tivemos aqui, durante a semana passada e retrasada, trazendo justamente aquelas propagandas ostentação, com aqueles outdoors, que foram gastos mais de 90 milhões, conforme estávamos discutindo em propaganda e na saúde o investimento não chegava a 40 milhões. O próprio secretário de saúde batendo no peito, há 3 semanas atrás, colocou no jornal de grande circulação, o jornal *A Tarde*, dizendo que tinha feito uma economia de 300 milhões e quando vamos procurar fazer o acompanhamento junto ao cidadão que precisa realizar os seus procedimentos cirúrgicos, seus procedimentos médicos não consegue nem se registrar numa fila, porque a regulação é a enrolação dos pacientes que estão doentes e precisando de cirurgia.

Na verdade o que deve acontecer aqui no Estado da Bahia vai ser a mesma coisa que acontecerá no Governo federal que é o impedimento da Presidente Dilma. Os que achavam que não iria acontecer a um mês atrás, hoje já pensam diferente, porque o próprio STF , ... Ouvi aqui uma deputada com “não” ao golpe e uma outra ex-vereadora dizendo que quando faltam argumentos inventam uma maluquice, dizendo que a Oposição estava fazendo isso com a presidente querendo impedimento porque ela era mulher.

Desde quando o sexo ia determinar competência? Ela mostrou, independente do sexo, que era incompetente para administrar e incompetente também para articular politicamente. Hoje ela não tem uma Base sólida, ela criou essa confusão escondendo para baixo do tapete toda essa crise que já se avizinhava desde o ano passado.

Quero agradecer o aparte de V.Ex^a.

O Sr. PABLO BARROZO:- Agradeço o aparte, faço das suas as minhas palavras, deputado Alan, e quero dizer e me solidarizar com 93% dos brasileiros porque só 7% aprovam a Dilma. Sete era a conta da mentira, antigamente, não era deputado Alex? 7 % aprova Dilma e quero me solidarizar com 93% dos brasileiros que não aprovam Dilma. Quero que este país cresça e que a Bahia cresça e para a Bahia começar a crescer começamos lá pelo Brasil, o impedimento da Dilma, irá acontecer e nós teremos dias melhores no Brasil e por conseguinte na nossa querida Bahia.

(Não revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Deputado Pablo, no exercício da presidência, não farei o debate agora. Mas terei oportunidade de debater com V.Ex^a a ida do PTN para a base do governador Rui Costa, quais foram as verdadeiras razões

da ida do PTN para a base do governador Rui Costa.

O Sr. Luciano Simões Filho:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Pela ordem o deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. Luciano Simões Filho:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a. Deputada, senhores presentes na galeria, estamos aqui para fazer o Parlamento funcionar.

O governador Rui Costa não usa da integralidade da Casa, passando por cima das comissões temáticas de debate, e empurra mais de sete pedidos de urgência de projetos de lei. Deixaram a nossa sertaneja deputada Fátima Nunes sozinha aqui na trincheira do parlamento. Perante o Regimento, gostaria de pedir uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

A Sr^a Fátima Nunes:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- V.Ex^a será atendido.

Pela ordem a deputada Fátima Nunes.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, peço que marque o tempo regimental para que os nossos pares adentrem ao Plenário, a fim de marcarem suas presenças. Convido todos e todas para que venham ao Plenário o mais rapidamente possível, porque temos esse projeto para ser votado e queremos sair no horário normal, para continuarmos as outras atividades. Não temos só a Plenária, mas, também, outras atividades parlamentares importantes e necessárias.

Fico orgulhosa de estar aqui presente. Foi o povo baiano que me deu 57 mil e 57 votos na luta do sertão e do litoral. Portanto não tenho qualquer constrangimento de cuidar do meu mandato de parlamentar e exercer as funções que a mim são atribuídas.

Peço para marcar o tempo, soar as campainhas e convocar os nossos pares a adentrarem o plenário.

Muito obrigada

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- V.Ex^a será atendida.

Solicito que o painel seja zerado e contado o prazo regimental.

Solicito que os Srs. Deputados e Deputadas que se encontram na biblioteca, no cafezinho e nas dependências desta Casa compareçam ao plenário para o pedido de verificação de quórum. Solicitado pelo Sr. Deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. Presidente faz soar as campainhas.

(verificação de quórum)

O Sr. Luciano Simões Filho:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Pela ordem o deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. Luciano Simões Filho:- Quando eu era pequeno, na sala de aula, quem faltava as aulas, toma falta e perdia o ano! Aqui dá para perder mandato, não renovar!

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Deputado Luciano, gostaria de que V.Ex^a marcasse a presença.

O Sr. Luciano Ribeiro: - Vamos lá. Estão aqui os deputados Antônio Henrique Júnior, Maria del Carmen, Fátima Nunes. Agora, mais uma vez, o governo foge do debate. Se esse projeto é tão bom para a Bahia, é tão bom para os baianos, é tão bom para a estrutura do governo, por que ninguém sobe ali e defende? Fica aqui o questionamento. Na Bancada do governo, há bons deputados, pessoas bem-intencionadas, estudaram, pós-graduados, gente até com mestrado, gente até que já foi reitor! Mas ninguém vai ali para dizer que o governo é bom ou o projeto é bom nesse sentido, porque é uma coisa a longo prazo. Nada!

Não sei se os senhores que acompanham a sessão no Canal Assembleia ou até aqui nas Galerias sabem que existem na Bancada do governo servidores públicos do Estado da Bahia. Eles preferem votar contra eles mesmos para satisfazer a vontade desse governador, que faz o que a chefe deles faz: um grande estelionato eleitoral neste Estado!. Nós não temos pressa, estamos debatendo essa PEC 148/2015 há quase um mês, chamando o governo para o debate, e ninguém fala nada!

É a Bancada do silêncio, e eu não entendo como eles dizem que o governo do PT é um governo preocupado com os mais pobres, com os mais humildes – eles vieram do movimento sindical, e estou vendo aqui, pelo menos, o Sinpojud, que está bem organizado, o SindiSaúde, que está qui também. (palmas) – e toda a patacoada que o PT faz no sentido de dizer que é melhor para a Bahia. Só que ninguém vai lá e fala alguma coisa.

A Bahia toda está sendo maltratada por esse projeto de lei, Sr. Presidente. A Bahia toda. Temos servidores públicos nos quatro 4 do Estado, não é só em Salvador, não. Claro que há a facilidade do pessoal daqui de Salvador. Mas não entendo, já que o projeto é tão bom, por que ninguém defende, por que ninguém vai lá e fala alguma coisa?

Fica aqui o meu registro. Ajudo o nobre presidente a convocar os deputados para vir ao Plenário para debater, para falar à Bahia, para fazer o Parlamento funcionar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Queria convidar os deputados que ainda não marcaram presença.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal dos deputados que não marcaram presença.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Há quórum para a continuidade da presente sessão. Vou convidar o próximo orador para discutir a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o deputado Sidelvan Nóbrega pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados que retornaram ao Plenário, que estava vazio, estamos aqui nesta tarde difícil para muitos deputados que aqui estão. Deputados esses que – já dizia o deputado Luciano Simões

Filho – que são servidores e deputados que têm familiares, tem até sua genitora, como servidores públicos. Imagino como será o discurso desses deputados quando encararem sua própria família, seus amigos, seus eleitores e dizer para eles que, infelizmente, tiveram que obedecer cegamente a um governo que, depois que assumiu há mais ou menos um ano, só tem procurado prejudicar os servidores do Estado da Bahia.

Me parece, Sr^{as} e Srs., que o governador Rui Costa assumiu esse mandato apenas para fazer maldade contra os servidores públicos. Quando a gente imaginava que ele já tinha mandado todos os projetos para prejudicar os servidores, chega na Casa essa tal PEC 148, que é dirigida especificamente para os servidores públicos, para retirar direitos que foram durante anos adquiridos. E, de repente, por muitos daqueles que faziam parte da Oposição e iam para as ruas fazer as greves e reivindicar direitos. Mas, hoje, ao assumir o governo do Estado da Bahia, retira esses mesmos direitos.

Ora, Sr^{as} e Srs., isso é apagar a história que eles mesmos escreveram. É apagar a história que eles mesmos construíram. E o discurso que vemos aqui hoje é desses deputados de governo, que é a Bancada do silêncio.

Me faz lembrar, deputado Zé Raimundo, o filme “O Silêncio dos Inocentes”. Só que os inocentes aqui hoje são os servidores públicos da Bahia, que V.Ex^{as} estão aqui hoje para retirar os direitos de cada um deles. Não podemos de maneira nenhuma ficar calados. E como disse o deputado Sandro Régis, nosso líder da Oposição, não estamos subindo a esta tribuna para fazer média ou porque queremos voto dos sindicatos e dos movimentos. De forma nenhuma. Estamos subindo a esta tribuna porque durante todo esse tempo fomos parados nas ruas por servidores. Servidores esses que nos param, nos reconhecem como deputado e dizem: “Pelo amor de Deus, deputado, nos represente, porque aqueles que levaram o nosso voto hoje estão contra nós”. E estamos aqui para dizer ao governador Rui Costa: “Não aceitamos”. (após alguma intervenção no plenário) Pode dizer, deputado. Não tem problema. Não estamos aqui para dizer “amém” ao governador Rui Costa, como a sua bancada. Nós estamos aqui para dizer “amém” ao povo da Bahia, aos servidores públicos, que construíram esse Estado. Que é quem tem movido a máquina, que é quem tem feito mover o Estado da Bahia.

Por isso, Srs^{as} e Srs., não podemos aceitar que direitos adquiridos, como o que tem aqui no artigo 39 e que o governo revoga. Artigo da nossa Constituição, que afirma que “ao servidor e ao empregado público que exercer por 10 anos, contínuos ou não, cargos em comissão, funções de confiança ou mandato eletivo estadual, é assegurado o direito de continuar a perceber, como vantagem pessoal, no caso de exoneração, dispensa ou término do mandato, o valor do vencimento ou subsídio correspondente ao mandato ou cargo de maior valor de hierarquia que tenha exercido por mais de dois anos contínuos, obedecido para o cálculo o disposto em Lei”.

O Sr. Jânio Natal:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- V. Ex^a está inscrito.

Ora, Sr. Presidente, veja que o governo do Estado retira o direito do trabalhador e do aposentado.

Darei um aparte o meu nobre colega, que tão bem representa o Baixo Sul da Bahia, deputado Jânio Natal.

O Sr. Jânio Natal: - Nobre deputado Sidelvan, quero, inicialmente, parabenizá-lo pelo seu discurso em defesa dos servidores do Estado da Bahia. Eu que sou deputado pela terceira vez já tive oportunidade nesta Casa de ver o Partido dos Trabalhadores fazer a defesa dos servidores de forma eloquente, com muita bravura. E eu fico impressionado e admirado, porque a maioria deles é oriundo de sindicatos de trabalhadores, e hoje temos em nosso Estado um governo do Partido dos Trabalhadores. Entretanto o que os servidores estão recebendo de presente de Natal é o pacote de maldades, é um pacote contra os servidores da Bahia que servem o nosso estado. Este é o troco que os servidores do Estado da Bahia está recebendo do Partido dos Trabalhadores.

É lamentável, é triste vermos esse governo que foi eleito dizendo que iria conservar todos os direitos dos trabalhadores, que jamais iriam tocar nos direitos adquiridos ao longo desses anos, e hoje é lamentável, é triste, é vergonhoso. Isso se chama estelionato eleitoral. Então quero parabenizá-lo e me solidarizar com todos os opositores. Os colegas daqui sabem que sou independente, não devo nada ao governo do Estado, não devo nada a Paulo Souto, nem a ACM Neto nem a ninguém. Eu estou aqui para defender os interesses da Bahia e dos baianos.

Todas as vezes que vier aqui para votar em algo que vá de encontro aos interesses da Bahia e dos baianos eu votarei contra assim como votarei contra esta PEC da maldade.

Parabéns, deputado. V. Ex^a mais uma vez demonstra que é um exemplo de deputado e que está aqui realmente para defender os interesses da Bahia e do povo baiano.

Muito obrigado.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA: - Obrigado, deputado, incorporo o aparte de V. Ex^a ao meu discurso.

É importante que se diga nesta Casa que o PT esqueceu a sua história. O PT da Bahia e o PT nacional esqueceram-se de onde vieram, deputado Sandro Régis.

Darei um aparte a V. Ex^a porque sei que irá contribuir com o meu discurso.

O Sr. Sandro Régis: - Deputado Sidelvan, primeiro quero aqui parabenizar V. Ex^a pela postura que tem tido ao longo do seu mandato. Entramos juntos nesta Casa e nunca vi V. Ex^a sair um milímetro e defender o que V. Ex^a não acredita. É muito bom tê-lo como meu colega, mas, acima de tudo, tê-lo como colega de Bancada. Devo dizer a V. Ex^a que o Brasil e a Bahia estão numa situação muito difícil. Hoje todos os noticiários deram em manchete que o Brasil foi rebaixado, que o Brasil, mais uma vez, foi classificado como um caloteiro, como um mau pagador.

O que significa isso? As instituições terão que tirar seus investimentos do País,

cai a Bolsa, despenca o dólar, isso significa a recessão, o desemprego, caos na economia e a Bahia em vez de fazer o contraponto para ajudar os baianos, não, a Bahia segue rigorosamente o que o governo federal faz. Traz um projeto de aumento de impostos onde tudo vai ficar mais caro na ponta, ou seja, aquele menos favorecido irá sofrer mais. O governo apresenta a PEC que arranca as garantias dos servidores e quero finalizar, com um discurso de um sábio do interior baiano que diz o seguinte: “ não satisfeito com o coice, vem a queda.”

Então, é isso que o governo estadual e federal fazem com os brasileiros e com os baianos. Não satisfeito com a queda vem o coice.

Muito obrigado.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Incorporo, meu líder, o aparte de V.Ex^a e dizer que este governo quando foi às ruas dizia exatamente isso, deputado Sandro, que eles estavam alinhados com o governo federal e estão alinhados hoje com os pacotes de maldades com o nosso País e com o nosso Estado.

Nós não podemos de forma nenhuma permitir que a nossa Bahia e que o povo da Bahia venha sofrer com essa PEC e principalmente os servidores públicos.

Eu conversava há pouco com os procuradores autárquicos, esses que terão seus cargos extintos e conversava com um advogado e dizia para ele, não pode, está na Constituição. A mesma lei que criou os procuradores do Estado da Bahia criou os procuradores autárquicos, mas, mesmo assim, o governador tem a sua assessoria, tem os seus técnicos, mas não consegue mandar para esta Casa uma lei que seja constitucional.

Certamente, essa PEC que os deputados da Base do Governo irão aprovar hoje, ela já nasce inconstitucional, porque são vários erros, são erros que o próprio governo nos seus quadros não tem eficiência para saber aquilo que pode retirar e aquilo que não pode retirar.

Ora, Sr^{as} e Srs., como várias leis que foram aprovadas nesta Casa e que a Oposição chamou a atenção, que a Oposição falou, disse que era inconstitucional, mas mesmo assim eles resolveram aprovar e foram derrotados na Justiça. Essa mesma Justiça que hoje está sendo prejudicada, está sendo direcionada, deputado Alan, por essa PEC que tem um alvo específico, um alvo direcionado para prejudicar os servidores de determinadas classes do nosso Estado da Bahia.

E nós não podemos de maneira nenhuma aceitar que o governador Rui Costa que foi oriundo de um sindicato de trabalhadores, deputado Rosemberg Pinto, que se elegeu vereador da cidade de Salvador com os votos dos servidores públicos do Estado da Bahia aqui em Salvador, que foi meu colega vereador e que hoje chega ao governo do Estado para retirar direitos daqueles que um dia lhe colocaram com um mandato.

Olha, Sr^{as} e Srs., não podemos permitir, de forma alguma, que essa PEC venha passar. Por isso, a Oposição vai usar todo o tempo possível para mostrar aos servidores da Bahia quem são aqueles que os defendem, quem são aqueles que estão

do lado deles, não para pedir o voto, mas para mostrar que aqueles que se diziam defensores dos senhores, que iam para as ruas com os contracheques dos servidores, que iam para as ruas fazer suas campanhas mostrando os contracheques dos servidores públicos e diziam, nós jamais vamos tirar os direitos de cada um de vocês. São os mesmos que estão, hoje, no Governo do Estado da Bahia e que retira o direito de cada um de vocês.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Alan Sanches pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, o deputado Alan Sanches vai ser prejudicado porque já são 14h20min, se ele usar os 20 minutos agora vai adentrar a sessão ordinária. Então, peço a V.Ex^a que dê 10 minutos a ele agora e que volte usar o tempo dele na discussão, depois da ordinária.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou fazer o seguinte: vou suspender a sessão e começo de novo. Vou manter o quórum. Vou encerrar, por acordo de liderança e começa na ordinária às 14h30min.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.